

O QUE É A INFLAÇÃO?



Banco de Cabo Verde

CADERNOS *BCV*
SÉRIE *EDUCAÇÃO FINANCEIRA*

O QUE É A INFLAÇÃO?

BANCO DE CABO VERDE
PRAIA

FICHA TÉCNICA

<i>TÍTULO</i>	<i>O QUE É A INFLAÇÃO - CADERNO Nº 7</i>
<i>AUTOR</i>	<i>BANCO DE CABO VERDE</i>
<i>EDITOR</i>	<i>BANCO DE CABO VERDE</i> <i>AV. AMILCAR CABRAL - C.P. 101, PRAIA - CABO VERDE</i> <i>TEL: (+238) 260 71 81/92 - FAX: (+238) 261 44 47</i>
<i>COLECÇÃO</i>	<i>CADERNOS DO BANCO DE CABO VERDE</i>
<i>SÉRIE</i>	<i>EDUCAÇÃO FINANCEIRA</i>
<i>PAGINAÇÃO E ILUSTRAÇÃO</i>	<i>PC-ARTE</i>
<i>IMPRESSÃO</i>	<i>TIPOGRAFIA SANTOS, LDA</i>
<i>TIRAGEM</i>	<i>2000 EXEMPLARES</i>

Índice

Introdução.....	7
O que é a inflação?.....	9
As causas da inflação.....	10
Os custos da inflação.....	13
<i>Custos de Incerteza.....</i>	<i>14</i>
<i>Custos de cobertura de riscos.....</i>	<i>15</i>
<i>Custos de redistribuição da riqueza.....</i>	<i>15</i>
<i>Custos de sola dos sapatos (shoe-leather costs)....</i>	<i>16</i>
<i>Custos de Menu.....</i>	<i>17</i>
<i>Custos de competitividade.....</i>	<i>17</i>
Como medir a inflação.....	17
<i>Os Índices de Preços.....</i>	<i>17</i>
<i>O Índice de Preços no Consumidor.....</i>	<i>21</i>
<i>O Índice de Preços em Cabo Verde.....</i>	<i>24</i>
Preços Reais/Nominais.....	25
Porque é difícil medir a inflação.....	26
O controlo da inflação.....	28
A inflação em Cabo Verde.....	29
Expressões relacionadas com a inflação.....	31
Curiosidades.....	31
Mapa-mundo da Inflação em 2007.....	33
Glossário.....	35
Bibliografia.....	37

***“A inflação é sempre, em qualquer lugar,
um fenómeno monetário”***

Milton Friedman



Introdução

A inflação é um fenómeno económico importante, com efeitos negativos para a economia. Actualmente, deixou de ser apenas objecto de estudo, muitas vezes analisado em diversos compêndios de Teoria Económica, para passar a fazer parte da agenda diária do cidadão comum. Os meios de comunicação têm sido um importante divulgador das questões referentes à inflação, elegendo-a como uma das questões económicas mais propaladas.

Nem sempre é feita alusão à palavra inflação, mas o conceito está implícito, quando muitas vezes se ouve dizer “os preços estão a subir”, ou então quando as pessoas se queixam de estar a perder o seu poder de compra.

Miúdos e graúdos fazem contas à vida, tentando ver se a mesada que recebem, ou o salário que auferem no final do mês chega para fazer face às suas necessidades e pagar as suas contas. As donas de casa rabiscam a lista de compras e é com espanto que verificam que os preços aumentaram, não apenas os preços da fruta ou dos legumes, mas da generalidade dos bens e serviços.

Esta é uma questão que não se circunscreve ao sector económico, mas tem implicações em todas as esferas, inclusive a social. Ninguém fica indiferente quando constata que dia a dia consegue com o mesmo dinheiro comprar cada vez menos coisas, ou pagar um número cada vez menor de serviços. Seguramente, cada um de nós já deve ter ouvido um amigo, vizinho, familiar ou conhecido dizer “a vida está cada vez mais cara”.

Muitos são os que se questionam sobre os motivos que levam à subida dos preços e os mecanismos para os controlar. Nem sempre entendem este fenómeno, mas estão certos que é algo que os afecta e prejudica.

Este caderno propõe-se analisar o fenómeno da inflação nas suas diversas

vertentes, tentando clarificar as razões que causam o seu aparecimento, analisar os efeitos que o mesmo tem na economia e verificar até que ponto pode ser controlado. A inflação é comum a diversos países, incluindo Cabo Verde, e por isso mesmo é importante que se conheçam as implicações que tem para o país e para cada um de nós, individualmente.

Esta é uma questão fulcral para o Banco de Cabo Verde, que tem como principal missão a manutenção da estabilidade dos preços.



O que é a inflação?

Fala-se muito de inflação, no entanto, nem sempre se utiliza o conceito da forma mais correcta. Especialistas e leigos muitas vezes falam de inflação quando o assunto em questão é a subida de preços. Mas a inflação não é a simples subida de preços, não se pode falar de inflação sempre que o padeiro decide aumentar o preço do pão ou quando se registam aumentos dos bilhetes do cinema. Isso porque, em economia, os preços são gerados pelos movimentos de oferta e procura e o facto do preço do pão aumentar não significa que se perca poder de compra, porque a par desse aumento podem verificar-se diminuições nos preços de outros produtos, como a bolacha, e, então, pode acontecer que o pão seja substituído pela bolacha.

A inflação não é, assim, a simples subida do preço de um bem ou de um serviço. Ela diz respeito ao *processo persistente e relativamente*

*generalizado de aumento dos preços em vigor numa dada economia, observado ao longo de um dado período de tempo*¹. Importa reter nesta definição a expressão “aumento generalizado”, o que significa que a inflação não recai apenas sobre os preços de alguns bens ou serviços, mas sim sobre os preços da maioria dos bens e serviços.

Contudo, na sua forma mais comum, o termo inflação é utilizado de forma restrita, designando os aumentos dos preços que são suportados pelos consumidores como contrapartida pelos bens e serviços que usufruem, não contemplando os preços pagos pelos produtores ou ainda outros preços, como os salários.

De uma forma muito simples, a inflação pode surgir quando existe uma procura excessiva relativamente aos bens disponíveis. Suponhamos que na loja só resta um par de calças e que tu e todos os teus amigos o querem comprar. O vendedor, sabendo que a procura é muita e que pode conseguir muito dinheiro com essas calças, decide aumentar o seu preço.

Um produto pode também passar a ser mais caro se custar mais a produzir. Caso, por exemplo, aumentem os preços dos produtos energéticos (petróleo, electricidade, gás, etc.), então os custos de produção de um par de calças irão também aumentar e o fabricante, para não ter prejuízos, irá subir o preço da venda a grosso, que será transferido aos consumidores a partir do momento em que o vendedor aumente também os preços.

As causas da inflação

A inflação está associada a factores com origem na procura e na oferta agregada. Alguns defendem que a inflação é gerada pelo excesso de procura, ou, citando Milton Friedman, *too much money chasing too few goods*². Os preços subirão se, em média, a procura agregada aumentar ou se a oferta agregada diminuir.

¹ “A inflação e o índice de preços no consumidor” – <http://www.alea-estp.ine.pt>

² Demasiado dinheiro perseguindo tão poucos bens

Fala-se de *inflação pela procura* quando esta é causada pelo aumento da procura agregada. Existem diversos factores na origem do aumento da procura agregada, sendo de destacar:

- Aumento da oferta de moeda
- Aumento dos gastos públicos
- Pressões mais elevadas da procura de bens internos por parte do resto do mundo

O aumento da oferta de moeda é o principal factor utilizado para explicar o fenómeno da inflação, isto é, se as pessoas têm muito dinheiro para gastar e a economia não produz bens na mesma proporção, então os preços aumentam. A inflação pela procura é muitas vezes associada a outros factores, por exemplo, o aumento dos gastos públicos, ou, então, a depreciação da taxa de câmbio da moeda local. Um outro factor gerador de inflação é a redução dos impostos, já que esta situação permite aos agentes económicos passar a dispor de mais dinheiro do que pode ser utilizado para as suas aquisições. A diminuição dos impostos pode ter outro efeito, podendo ser visto como um sinalizador de estabilidade económica, levando ao aumento da confiança dos agentes económicos que se sentirão mais motivados a investir na esperança de lucros maiores.

O reverso da inflação pela procura é a *inflação pelos custos*. Neste caso, a inflação tem origem na oferta agregada, ou seja, na diminuição desta. Este tipo de inflação está associado a aumentos de custos, que geralmente implicam a diminuição da produção. A crise petrolífera de 1970 é um exemplo muitas vezes citado de inflação pelos custos.



Os factores geralmente associados à inflação pelos custos são:



- Decréscimos de produtividade
- Aumentos dos custos de produção (aumentos dos salários reais e das matérias primas)
- Aumento dos impostos sobre as pessoas colectivas.

Os salários representam uma grande parcela dos custos das empresas, pelo que salários mais elevados e acima dos ganhos de produtividade do trabalho causam aumentos dos custos da

unidade de trabalho. As empresas aumentam os preços, com o intuito de manter as margens de lucro, passando para a economia os custos suportados. Então, o efeito de salários e custos de matérias-primas mais elevados representa ulteriormente a redução da produção.

Pode também acontecer que se esteja perante a denominada *espiral inflacionista*, ou seja, uma contínua manifestação de episódios inflacionistas que se perpetuam no tempo. A espiral inflacionista pode resultar ou ter origem em sucessivas manifestações, seja da *inflação pela oferta*, seja da *inflação pelos custos* que, ao se perpetuarem no tempo, acabam por ser assumidas como algo normal. Passam a ser um dado adquirido para os agentes económicos que as incorporam nas suas expectativas. Isso vai ter efeitos na economia, visto que, no momento da tomada de decisões, os agentes económicos consideram todo o tipo de informações de que dispõem. As projecções relativas à inflação têm, pois, um importante papel a nível das opções tomadas pelos agentes económicos.

Isso verifica-se, sobretudo, quando se negociam salários, ou mesmo, quando as empresas fixam os seus preços. Se as expectativas são que a inflação vai ser elevada, então os trabalhadores vão exigir salários nominais mais elevados, para compensar as perdas reais, e as empresas, por sua vez, vão passar esse aumento suportado para o consumidor,

sob forma de preços mais altos. Da mesma forma, se as empresas esperam que a inflação aumente, elas antecipam esse aumento subindo o preço dos seus bens. Agindo de acordo com a teoria das *expectativas adaptativas*, os agentes económicos tomam as suas decisões relativamente à inflação, com base no comportamento que esta persistentemente apresentou no passado. As suas expectativas podem ou não se materializar, mas o seu comportamento vai influenciar bastante o desempenho económico, podendo mesmo gerar períodos inflacionistas.

Essa situação pode dar origem a um ciclo vicioso, em que a inflação gera inflação, principalmente quando se fala de salários, não fosse esse o preço da mão-de-obra. De um lado, o trabalhador exigindo salários mais elevados e, do outro, os empresários tentando manter a sua margem de lucro. Quanto mais elevados os aumentos verificados a nível dos salários, maiores serão os ajustes verificados nos preços dos bens e serviços, o que, por sua vez, impõe novos aumentos nos salários para compensar a perda de poder de compra.

Os custos da inflação

A inflação tem implicações negativas para a economia. Quando se fala dos custos associados à inflação, é importante que se destaquem alguns:

- Custos de incerteza
- Custos de cobertura de riscos
- Custos de redistribuição da riqueza
- Custos de sola dos sapatos (*shoe-leather costs*)
- Custos de menu
- Custos de competitividade

Ao adicionarmos todos estes custos, chegaremos à conclusão que o principal custo da inflação é que a moeda deixa de desempenhar as suas funções básicas: padrão de medida, instrumento de troca, reserva de valor e meio de pagamentos diferidos³.



³ Ver pág. 15, Caderno Educação Financeira n.º 2, O que é o Dinheiro

Custos de Incerteza

Assim como existe o sistema métrico para medir distâncias, a moeda é utilizada como medida de valor de bens e serviços. Da mesma forma que seria difícil ter a noção da distância se a cada dia que passa o metro fosse alterado em 5%, também se torna difícil utilizar a moeda como medida de valor se esta for sujeita anualmente a alterações impostas pela inflação.

Esta, ao gerar instabilidade do nível geral de preços, torna difícil a comparação entre os preços relativos dos bens, fazendo com que a escolha dos consumidores se torne mais complicada.

Consumidores e investidores serão induzidos em erro, pois serão levados a interpretar mal as variações no nível geral de preços, a par das variações nos preços relativos⁴, o que se vai reflectir, quer nas decisões de consumo, quer nas de investimento. À medida que a inflação se torna mais instável, os agentes económicos, dada a incerteza quanto ao comportamento futuro dos preços, são levados a adiar decisões de

investimento e consumo, o que se reflecte no crescimento económico a longo prazo. Isso pode levar à afectação inadequada de recursos, na medida em que, em virtude das interpretações feitas, são tomadas decisões que podem gerar desperdício de recursos.

Um exemplo simples é o de uma empresa que, devido à inflação, não consegue antever a verdadeira tendência dos preços; daí que, antecipando que o preço relativo dos seus produtos vá diminuir, decide investir menos e despedir pessoal, de forma a tentar minimizar as suas perdas, sem, no entanto, se dar conta de uma descida recente da inflação. Age de forma errada, pois, devido à inflação mais baixa, o aumento dos salários nominais dos trabalhadores seria menor e ao despedi-los está a desperdiçar recursos.



⁴ Ver pág. 16, Caderno Educação Financeira nº 2, O que é o Dinheiro

Um outro exemplo é o de uma negociação salarial pelos sindicatos, numa situação de incerteza quanto à inflação futura. Se os sindicatos prevêem aumentos significativos da inflação, vão exigir aumentos significativos dos salários nominais para fazer face aos decréscimos dos salários reais. No entanto, se as previsões das empresas quanto à inflação forem menos pessimistas, então considerariam que estes aumentos nominais se traduziriam num aumento relativamente elevado dos salários reais, decidindo-se assim pela redução da mão-de-obra. Contratariam menos pessoal do que fariam se o aumento esperado dos salários reais não fosse tão elevado.

Como se vê, a inflação gera ineficiência da economia, resultando numa inadequada afectação de recursos, não permitindo que estes sejam utilizados de forma mais produtiva, com implicações para o bem-estar das famílias.

Custos de cobertura de riscos

Quando a inflação é elevada e imprevisível, aumenta de forma substancial os riscos associados às actividades financeiras, tanto do lado da poupança, como do crédito. Os que fazem uso de produtos financeiros tendem a requerer alguma garantia em relação ao valor futuro do dinheiro, ou seja, exigem um prémio de risco de inflação, que se traduz em taxas de juro mais elevadas. De forma simplificada, significa custos mais elevados para os empréstimos, o que desencoraja a realização de investimentos. Por outro lado, desmotiva a criação de empregos com reflexos na qualidade de vida dos cidadãos.

Custos de redistribuição da riqueza

A inflação é um fenómeno económico, cujas implicações se fazem sentir além da esfera económica. Ela gera problemas ou distorções a nível social,



prejudicando, sobretudo, os mais desfavorecidos. No caso de se verificar um surto inflacionista, os mais prejudicados são os que detêm activos nominais sob a forma de salários, depósitos bancários, obrigações de dívida pública a longo prazo, ou os que dependem de rendimentos fixos, como os pensionistas, pois sofrem perdas no valor real dos seus activos. Quanto mais elevada a inflação menos valem os seus activos. Dessa forma, há uma transferência da riqueza de modo arbitrário, dos mutuantes (ou aforradores) para os mutuários, visto que, no final, o dinheiro da amortização do empréstimo permite adquirir menos bens do que o almejado quando o empréstimo foi concedido.

Custos de “sola dos sapatos” (shoe-leather costs)

A inflação é comparável a um imposto oculto, aplicado pela retenção de moeda. Assim sendo, quando o nível dos preços sobe, os que decidem deter moeda (ou depósitos não remunerados a taxas de mercado) deparam-se com uma diminuição nos saldos monetários reais, o que, por sua vez, implica uma redução da sua riqueza financeira real, da mesma forma como se tivessem pago um imposto. Então, quanto mais elevada for a taxa de inflação esperada menor será o incentivo de se deter moeda.



Senão, vejamos. Muitas são as pessoas que optam por deter dinheiro, na medida em que este facilita as transacções. Quando as pessoas optam por deter dinheiro, que não é remunerado, elas perdem o equivalente ao que aufeririam se o aplicassem financeiramente. Por exemplo, no caso de um depósito bancário com uma taxa de juro de curto prazo de 2%, por cada 1000\$00 conservados deixa-se de ganhar 20\$00 por ano, pelo que, neste caso, a taxa de juro representa o custo de oportunidade de se deter dinheiro. Mas, se devido à inflação, as

taxas de juro nominais aumentarem e a remuneração recebida passar de 2% para 10%, então por cada 1000\$00 não aplicado o custo de

oportunidade passa a ser de 100\$00 por ano. Neste caso, quanto mais elevada a taxa de inflação, menor é o benefício de deter liquidez.

Ao optarem por deter menos liquidez, as pessoas são obrigadas a dirigirem-se aos bancos com maior frequência, a fim de levantarem dinheiro ou fazerem outras transacções. Os custos e inconvenientes associados à retenção de quantidades reduzidas de dinheiro são muitas vezes descritos metaforicamente como custos de sola de sapatos, devido ao desgaste da sola dos sapatos em virtude das muitas deslocações ao banco. De uma forma geral, pode afirmar-se que a retenção de menores quantidades de numerário implica custos de transacção mais elevados.

Custos de Menu

Este é o termo utilizado para descrever os custos associados às alterações constantes das listas de preços, em virtude dos aumentos induzidos pela inflação. À medida que os preços sobem, empresas e indivíduos são obrigados a ajustar as informações relativas aos preços, imprimir novas etiquetas, reimprimir os seus menus, o que é especialmente penoso para os que dependem de vendas por catálogo.

Custos de competitividade

Se os preços de um país crescem mais rapidamente do que os dos restantes países, então os seus produtos tornam-se menos competitivos no mercado internacional, diminuindo a sua procura, com reflexos negativos para a sua balança de pagamentos, o que se traduz, em última instância, em diminuições do crescimento económico e do nível de emprego.

Como medir a inflação

Os Índices de Preços

A quantificação da inflação não é obtida directamente a partir dos preços, mas sim utilizando indicadores sintéticos, geralmente

designados como *índices de preços*. Para construir um índice, é necessário que se proceda, antes de mais, à escolha de um período

de referência, ou uma *base*, que pode ser *fixa* ou *móvel*. No caso de uma base fixa, esta é definida por um determinado momento ou período (mês, ano, ...) passado e constante. Caso a base seja móvel, esta é definida pelo período imediatamente anterior ao que se pretende calcular o índice. Pode-se também fazer uma conjugação de ambos os métodos e utilizar alternativamente a base fixa e a móvel, como uma média entre dois ou mais momentos ou períodos distintos e consecutivos. Uma vez seleccionada a base, para se transformar uma qualquer observação num índice

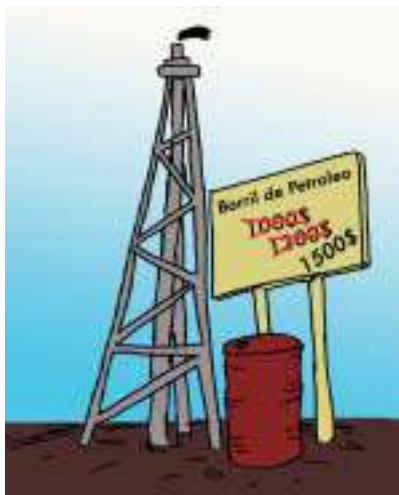
basta dividi-la pelo valor observado no momento base e multiplicar o resultado por 100.

A tabela seguinte apresenta um exemplo simples, em que o ano de 2001 é a base. Os dados são fictícios e meramente ilustrativos:

A	B	C	D	E	F	G
Anos	Preço das mochilas (escudos)	Índice de preços das mochilas (base 100=2001)	Índice de preços das mochilas (base móvel)	Preço dos Cadernos (escudos)	Índice de preços dos cadernos (base 100=2001)	Índice de preços dos cadernos (base móvel)
2001	3600	100,0	-	105,0	100,0	-
2002	4140	115,0	115,0	125,0	119,0	119,0
2003	4550	126,4*	109,9**	142,5	135,7	114,0
2004	4915	136,5	108,0	160,0	152,4	112,3

$$^*Índice Fixo_{2003} = (4550: 3600) \times 100 \quad - \quad ^{**}Índice Móvel_{2003} = (4550: 4140) \times 100$$

Se tivéssemos apenas as colunas **B** e **E**, apenas poderíamos deduzir que entre o ano 2001 e 2004 os preços das mochilas e dos cadernos aumentaram,



contudo, não seria possível dizer qual dos preços tinha encarecido mais, ou em que ano se registaram os maiores aumentos. Contudo, através das colunas **C** e **F** é possível dizer que o aumento total dos cadernos ao longo do período observado foi de 52.4%, superior ao aumento verificado nas mochilas, de 36,5%. As colunas **D** e **G** permitem afirmar que tanto para as mochilas como para os cadernos, o ano em que ocorreram os maiores aumentos foi o de 2002. Por fim, pode também afirmar-se que, ao longo do período analisado, o ritmo de aumento do preço dos cadernos foi sempre superior ao do preço das mochilas. Em termos económicos, poder-se-ia dizer que aumentou de forma persistente o preço relativo dos cadernos face ao das mochilas.

O exemplo citado apresenta um número limitado de bens. Suponhamos, então, que numa determinada família, alguns dos membros utilizam mochilas e outras pastas. Excluindo os restantes materiais escolares, temos que as



despesas com materiais escolares desta família resultam apenas das despesas com mochilas e cadernos. Neste caso, é necessário decidir sobre que ponderação atribuir a cada um dos índices simples, a fim de os agregar.

Consideremos um caso em que os cadernos representam 70% e as mochilas 30% do total de despesas escolares da família. Então, pode ser construído um índice agregado que resulta da média ponderada dos índices dos cadernos e das mochilas, sendo os ponderadores constantes (70% e 30%, respectivamente). Poderíamos optar por actualizar as ponderações atribuídas a cada um dos índices, consoante as alterações verificadas no peso dos bens na despesa da família, ao longo do tempo. Mas vamos cingir-nos a um exemplo com ponderadores constantes:

A	B	C	D
Anos	Índice de preços das mochilas (base 100=2001)	Índice de preços dos cadernos (base 100=2001)	Índice agregado com ponderações constantes (mochilas 30%; cadernos 70%)
2001	100,0	100,0	100,0
2002	115,0	119,0	117,8
2003	126,4	135,7	132,9 ***
2004	136,5	152,4	147,6

$$***Índice_{2003} = [(126,4 * 30\%) + (135,7 * 70\%)]$$

Ao índice de preços agregado com ponderações constantes, como as apresentadas na coluna **D**, é chamado índice de preços de *Laspeyres*⁵, que se calcula com base na fórmula seguinte:

$$Lp_i = \frac{\sum P_i Q_0}{\sum P_0 Q_0} \times 100$$

Em que: i representa um determinado período, por exemplo 2003

Po e Pi é o preço de um produto no período 0 (ano base) e no período i (p.e. 2003)

Qo é a quantidade de um produto no período 0

O símbolo $\sum$ significa somatório

Além deste índice, existem outros, como o de *Paasche*, em que os ponderadores são actualizados consoante a mudança do peso dos bens nas despesas das famílias. Apesar do método de *Paasche* implicar maiores custos na obtenção do índice de preços, dado que exige inquirições constantes sobre a estrutura do consumo, ainda assim retrata a realidade de forma mais fidedigna. Porém, a maioria dos institutos de estatística do mundo utiliza índices do tipo *Laspeyres*, que oferece maior facilidade de cálculo.

⁵ Economista alemão, 1825-1882

O Índice de Preços no Consumidor

A maior parte dos países optou por medir a inflação mediante a utilização do Índice de Preços no Consumidor (IPC). Este contempla a análise dos padrões de compra dos consumidores, para determinar os bens e serviços normalmente adquiridos pelos mesmos, os quais são considerados representativos do consumidor médio de uma economia.

O IPC é provavelmente o indicador estatístico mais utilizado e para os mais variados fins. Na esfera económica, o IPC tem um papel fulcral na formulação da política de preços e rendimentos. Designadamente, o indicador da taxa de inflação média dos últimos doze meses é muitas vezes tido como referência no momento das negociações salariais, em sede de concertação social, e é também uma medida da eficácia das políticas económicas implementadas. Em termos de segurança social, o IPC é muitas vezes utilizado para a formulação de políticas dirigidas aos grupos mais desfavorecidos. Mas a aplicação do IPC não se circunscreve à esfera social e económica. Tem também utilidade jurídica, principalmente em relação aos contratos públicos e privados, como indexante das obrigações assumidas pelas partes contratantes. Além disso, ajuda ao bom funcionamento do sistema estatístico, na qualidade de deflactor, utilizado no âmbito da contabilidade nacional.

Para o cálculo do IPC, é necessário, antes de mais, escolher a população de referência sobre a qual vai incidir a análise. Feita a escolha, é necessário que se conheça o painel dos artigos cujos preços se irão observar. Isto pressupõe o conhecimento efectivo dos bens e serviços consumidos pela população. Este conhecimento é adquirido mediante a realização de inquéritos, que registam diariamente, ao longo de um determinado período de tempo,





as despesas realizadas. Estes inquéritos registam também a periodicidade das despesas, ou seja, quais as despesas que têm carácter mensal, bimestral ou anual.

Os produtos são incluídos no painel do IPC, de acordo com o seu peso relativo (percentual), no total das despesas de consumo. Uma vez seleccionado o painel dos artigos e uma vez

quantificado o seu peso nas despesas, está-se perante o *cabaz de compras*. Os custos são então comparados ao longo do tempo, dando origem a uma série de índices de preços. Através do IPC é possível determinar-se diversas medidas de inflação, todas elas com significados e resultados diferentes.

Geralmente, os institutos de estatística utilizam três indicadores de inflação. O mais simples é a *taxa de inflação mensal* (tim):

$$\text{tim} = \left(\frac{\text{índice do mês } n}{\text{índice do mês } n-1} - 1 \right) \times 100$$

sendo que n-1 significa o período imediatamente anterior ao que está a ser analisado (n).

No caso de se desejar calcular a inflação no mês de Outubro de 2007, então teria que se colocar no numerador o índice do mês de Outubro de 2007 e no denominador o índice do mês de Setembro de 2007. A taxa de inflação mensal pode ser um bom indicador, na medida em que permite antever eventuais tendências de aumento ou recuo da inflação, visto que é uma medida que se baseia apenas na variação do índice no último mês. Ao mesmo tempo que esta é a sua principal vantagem é também uma desvantagem, pois fica exposta a eventuais aumentos ou diminuições esporádicos ou sazonais de preço em determinado mês, que poderão vir a revelar-se insignificantes, em termos de evolução a longo prazo.

Uma forma de se contornar este problema, é utilizar a taxa *de inflação homóloga (tih)*:

$$tih = \left(\frac{\text{índice do mês } n \text{ do ano } N}{\text{índice do mês } n \text{ do ano } N-1} - 1 \right) \times 100$$

Para o cálculo da inflação no mês de Outubro de 2007, ter-se-ia que colocar no numerador o índice do mês de Outubro de 2007 e no denominador o índice do mês de Outubro de 2006. Apesar dos benefícios que oferece em comparação à tim, a tih continua a ser um indicador muito sensível a variações esporádicas e pouco significativas dos preços, pois apesar de cobrir um período de 12 meses, apenas tem por base duas observações do índice.

Um outro indicador geralmente utilizado é a *taxa de inflação média dos últimos doze meses (tim12)*:

$$tim12 = \left(\frac{\text{Soma dos índices dos últimos 12 meses até ao mês } n \text{ do ano } N}{\text{Soma dos índices dos últimos 12 meses até ao mês } n \text{ do ano } N-1} - 1 \right) \times 100$$

Tomando ainda o exemplo de Outubro de 2007, no numerador teríamos a soma dos índices desde Novembro de 2006 a Outubro de 2007 e no denominador a soma dos índices de Novembro de 2005 a Outubro de 2006. Esta fórmula considera os últimos 24 registos disponíveis do índice de preços. Dessa forma, consegue-se ultrapassar variações ocasionais dos preços, que ocorrem em períodos isolados, sem repercussões em períodos futuros. Mas, por outro lado, esta taxa peca pelo facto de reflectir com um certo atraso as mudanças que ocorrem no ritmo de variação dos preços. Ainda assim, a taxa média de inflação é o indicador mais estável dos apresentados, razão pela qual é muitas vezes escolhido em detrimento dos outros.

No entanto, todas as taxas são importantes e desempenham funções diferentes. Por exemplo, numa situação em que a taxa média venha a apresentar um comportamento estável durante alguns meses, então seria interessante calcular a taxa homóloga ou mesmo a taxa de inflação

mensal, para ver se nos estamos a aproximar de um período de subida ou descida de inflação.

O Índice de Preços em Cabo Verde

Em Cabo Verde, até este momento, o IPC é calculado com base nos resultados do inquérito às despesas de consumo, datado de 1989. É construído mediante a agregação dos índices calculados para as cidades

da Praia, São Vicente e Santa Catarina.

As cidades da Praia e São Vicente representam os centros urbanos e Santa Catarina os centros rurais.

Resulta da recolha dos preços de um conjunto de bens e serviços naqueles centros e em diferentes pontos de recolha, de acordo com o critério segundo o qual apenas são considerados os bens e serviços com um valor de consumo anual superior

ou igual a 500 mil escudos:



	PONTOS DE RECOLHA		
	PRAIA	S.VICENTE	Z. RURAIS
Nº de Pontos de recolha	62	55	30
Nº de artigos	220	205	183

O quadro seguinte ilustra os artigos e respectivos ponderadores para cada um dos três centros:

	PRAIA		S. VICENTE		Z. RURAIS	
	C.Pond	Nº Art.	C.Pond	Nº Art.	C.Pond	Nº Art.
Alimentares	54	84	48	91	52	84
Bebidas	5	15	8	15	8	11
Vestuário	7	22	4	19	8	17
Calçado	2	6	2	4	3	3
Habitação	14	10	17	8	7	7
Material de uso doméstico	6	27	3	17	4	17
Saúde e Higiene	4	20	4	18	5	18
Ensino e Lazer	1	7	4	11	1	5
Transp. e Telecom.	6	12	8	11	9	9
Diversos	1	17	2	11	3	12
Total	100	220	100	205	100	183

Assim como a maioria dos institutos de estatística, o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde utiliza o método de *Laspeyres* para o cálculo dos índices:

$$Lp_i = \frac{\sum P_i Q_0}{\sum P_0 Q_0} \times 100$$

Neste caso, o que se faz é a actualização do cabaz de 1989, aplicando os preços de hoje. Assim, $P_o Q_o$ são os preços e as quantidades de 1989.

Preços Reais/Nominais

Falou-se de inflação como sendo um fenómeno associado à perda do poder de compra, dado que a mesma quantidade de dinheiro permite adquirir uma quantidade cada vez menor de bens. Isto faz-nos reportar a uma importante distinção económica entre variáveis reais e variáveis nominais. As variáveis nominais são medidas em preços correntes, os seus movimentos acompanham o nível de preços e, por sua vez, a inflação. De forma simplificada, poder-se-ia dizer que são variáveis que



não consideram os efeitos da inflação. Por outro lado, temos as variáveis reais, que se distinguem das nominais porque estão isentas ou foi-lhes retirado os efeitos da inflação. Em termos práticos, tomemos o caso de um trabalhador que vê os seus rendimentos nominais (ou seja, em termos monetários) aumentar 3%, por exemplo, passando de 2000 contos para 2060 contos. Mas se considerarmos que o nível geral de preços irá aumentar cerca de 1,5% no mesmo período, então o aumento do salário real é de $((103/101,5) - 1) \times 100 \approx 1,48\%$ (ou, por aproximação, $3\% - 1,5\% = 1,5\%$). O que nos remete ao que foi afirmado no primeiro parágrafo, de que, com um determinado

aumento do salário nominal, quanto maior a taxa de inflação, menor a quantidade de bens e serviços que o trabalhador poderá adquirir.

A alteração dos preços nominais pode ter um grande impacto nas expectativas dos agentes, na medida em que estes agem de acordo com a percepção que têm da evolução dos preços. Isso é tanto mais real, quando se fala em negociações de salários. Muitos são os trabalhadores que contestariam um corte de 2% no seu rendimento, mas que facilmente aceitariam um aumento de 2% perante taxas de inflação na ordem dos 4%⁶.

Porque é difícil medir a inflação

Captar todas as alterações dos preços dos bens e serviços num único número é uma tarefa difícil, por diversas razões.

Antes de mais, porque em economia existem muitos bens designados de “substitutos”, pelo que aumentos no preço de alguns bens pode levar a

⁶ Esse comportamento está associado a um conceito económico, o de “money illusion” (ilusão monetária), segundo o qual alterações de preços nominais influenciam a procura de bens e serviços, ainda que não se tenha verificado qualquer alteração nos preços reais.

que estes sejam substituídos por outros, o que torna difícil a manutenção de um cabaz representativo dos bens consumidos num determinado período de tempo. Por exemplo, o aumento do preço dos bilhetes de cinema pode levar a que as pessoas frequentem menos as salas de cinema e optem por outro tipo de entretenimento. Assim sendo, se as ponderações não forem regularmente ajustadas, pode levar a que os índices sobrestimem ou subestimem a realidade existente.



Existem também factores como o aumento de qualidade induzido, por exemplo, por inovações tecnológicas, que implicam a alteração do preço dos bens, para cima ou para baixo. No caso dos bens se tornarem mais caros devido ao aumento da qualidade, isso não significa necessariamente mais inflação, porque não resultam em menor poder de compra. Existe uma grande dificuldade em distinguir entre alteração do preço subjacente do produto e alteração da qualidade.



Diariamente, são lançados novos produtos no mercado, existindo um desfasamento entre o seu consumo e a sua consideração para efeitos estatísticos. Quanto mais tempo demorar a sua inclusão no cabaz, menos fidedignos serão os índices produzidos.

Um outro problema que afecta a representatividade do índice prende-se com a alteração dos hábitos de consumo dos indivíduos, em parte devido ao surgimento de novas formas de comercialização, ou mesmo, ao aparecimento de novos tipos de estabelecimentos. Neste caso, a representatividade dos preços recolhidos é posta em causa, visto que a

amostra tem em conta os locais onde normalmente o indivíduo se abastece. Tomemos o exemplo de um novo hipermercado, aberto na periferia de uma cidade. Normalmente, os moradores da zona tenderão a adquirir os bens neste novo estabelecimento, dando origem ao desvio de comércio. Então, os preços recolhidos nos postos usuais de venda perdem a sua representatividade inicial.

Resumidamente, temos que os índices de preços nem sempre espelham de forma fidedigna o verdadeiro custo de consumo, devido a não assimilarem satisfatoriamente factores como:

- Alteração do comportamento dos consumidores perante mudanças de preços (bens substitutos)
- Alteração da qualidade dos bens e serviços que integram o cabaz de referência
- Aparecimento de novos produtos
- Alteração dos hábitos de compra dos consumidores

O controlo da inflação

Existem diversos mecanismos que são accionados para controlar a inflação. Citando um exemplo, nos Estados Unidos a Reserva Federal tenta influenciar a inflação através de instrumentos de política monetária como as taxas de

juro. O aumento das taxas de juro e a diminuição do crescimento monetário são uma das formas privilegiadas para a prevenção da inflação.

Os teóricos defendem diferentes abordagens. Os monetaristas optam pelo aumento da taxa de juro como meio para combater o aumento da oferta de moeda, ou seja, defendem a adopção de medidas de política monetária; os Keynesianos enfatizam a redução da procura no geral, muitas vezes através da política fiscal,



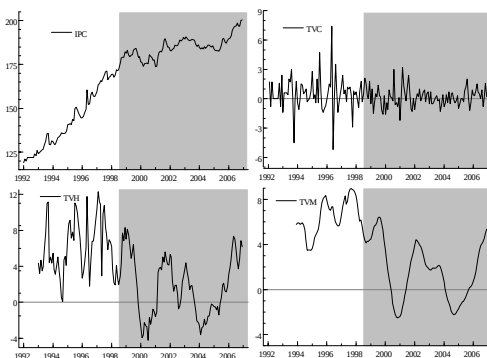
fazendo uso do aumento dos impostos ou da redução dos gastos públicos. Outros advogam o combate à inflação mediante a ancoragem das taxas de câmbio a uma outra moeda, de um país de baixa inflação. No passado utilizaram-se outros métodos, como medidas de controlo de rendimentos, através de salários e preços.

Tendo a inflação origem quer na oferta, quer na procura agregada, o seu combate passa pelo controlo das variáveis que influenciam ambos os lados.

A manutenção da estabilidade de preços é o objectivo de qualquer economia. Citando Alan Greenspan, antigo Presidente da Reserva Federal Americana – *em termos práticos, a estabilidade de preços significa que as alterações esperadas no nível médio dos preços são suficientemente pequenas e suficientemente graduais ao ponto de não interferirem nas decisões dos agentes económicos*⁷. O importante a reter desta citação é que, quando há estabilidade de preços todos nós sabemos que o nosso dinheiro vai manter o seu valor ao longo do tempo.

A inflação em Cabo Verde

Um estudo recentemente realizado por técnicos do Banco de Cabo Verde⁸ analisa a evolução da inflação em dois períodos distintos: um antes da assinatura do acordo de cooperação cambial, assinado em 1998, e outro após a assinatura do acordo. Isso porque consideram que a taxa de câmbio é um importante determinante da inflação nos países em desenvolvimento. O estudo apresenta a evolução dos indicadores de inflação, a saber, o IPC, a taxa de variação em cadeia (TVC), a taxa de variação homóloga (TVH) e a taxa de variação média (TVM).



⁷ www.en.wikipedia.org.

⁸ *Determinantes da Inflação em Cabo Verde*, Óscar Santos e Júlio Delgado

De acordo com os autores, antes do acordo cambial devem ser destacados dois aspectos:

1. Ocorrência de um curto período de perfil tendencialmente descendente do IPC até 1994
2. Comportamento errático do IPC entre 1994 e 1997, explicado pelos efeitos do mau agrícola, a par do desequilíbrio orçamental verificado entre 1995/96.



A partir da assinatura do acordo cambial, a inflação passa a apresentar uma trajectória descendente, espelhando níveis comparáveis a Portugal, o que leva esses autores a afirmar que a *taxa de câmbio tem funcionado como uma âncora nominal eficaz na promoção da estabilidade de preços*. O estudo acrescenta que a *análise comparativa das taxas de inflação com Portugal (uma “proxí” para a Zona Euro) revela uma tendência de estabilização da inflação,*

convergindo para a média da zona europeia, excluindo as situações de deflação de 2000 e 2004, que podem estar associadas ao bom ano agrícola. A deflação em 2004 resulta também da introdução do IVA que, ao isentar os bens alimentares essenciais (a maior parcela do cabaz de bens e serviços), provocou o desagravamento do preço desses bens.

Ao fixar a moeda cabo-verdiana em relação à moeda portuguesa e, consecutivamente ao euro, a inflação em Cabo Verde passa a estar fortemente condicionada pela inflação da área euro⁹.

⁹ Inflação importada: quando um aumento de preços nos mercados da zona euro reflecte-se no nível de preços internos

Expressões relacionadas com a inflação

Deflação: Descida generalizada dos preços dos bens e serviços.

Hiperinflação: Ritmo acelerado de crescimento da inflação, assumindo proporções alarmantes.

Desinflação: Redução da taxa de inflação.

Stagflation/Estagflação: Combinação de inflação e aumento da taxa de desemprego.

Reflação: Tentativa de aumentar os preços para contrariar as pressões deflacionistas.

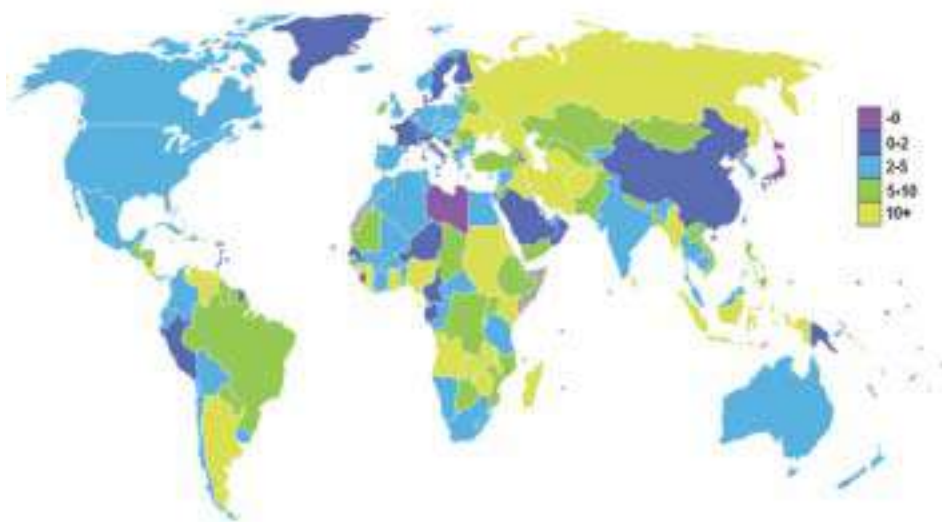
Core Inflation/Inflação Subjacente: Medida de inflação que exclui certos itens muito sensíveis a variações de preços, como é o caso dos alimentos.

Curiosidades

- Dada a importância estratégica do IPC, não seria de estranhar que algumas entidades públicas ou privadas pudessem sentir-se tentadas a influenciar o seu andamento. É muito importante que essa situação não se verifique, não só porque deturparia a realidade transmitida pelo índice, como acarretaria a perda de credibilidade do mesmo. Assim, o INE mantém sob sigilo estatístico algumas das informações que recolhe. Por exemplo, só permite o acesso à informação até o nível de sub-subgrupo de produtos, não divulga informações relativamente a marcas, variedades e estabelecimentos inquiridos.
- O INE vai alterar o cabaz existente, passando a tomar por base os hábitos de consumo referentes a 2007. Do mesmo modo, o grupo de ilhas representativas vai sofrer alterações, passando Santo Antão, em vez de Santa Catarina, a representar as zonas rurais.
- A Alemanha, uma das economias fortes da actualidade, foi vítima

de hiperinflação em 1922, quando a sua taxa anual de inflação atingiu 5000%. Uma das consequências foi a perda do valor do dinheiro, que levou a que as pessoas se quisessem desfazer dele o mais rapidamente possível.

Mapa-mundo da Inflação em 2007



Glossário

Índice de Preços – número índice que representa a evolução temporal de determinado (s) preço (s)

Índice de Preços no Consumidor – indicador que tem como objectivo medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de produtos que se consideram representativos de uma estrutura de consumo, num determinado espaço geográfico e de um ou vários estratos populacionais

Oferta Agregada – total de bens e serviços fornecidos numa economia, num determinado período de tempo

Painel dos artigos – conjunto de bens que inclui não só os que os consumidores compram diariamente, mas também as aquisições de bens duradouros (automóveis, computadores, etc.) e as transacções frequentes (pagamento de renda de casa)

Preços Rígidos/Viscosos – preços que não se ajustam imediatamente às modificações nos mercados

Procura Agregada – total da procura de bens e serviços finais na economia, a um dado preço e num determinado tempo. Em termos matemáticos, assume a fórmula:

$Y_d = C + I + G + (X - M)$, em que C é o consumo, I é o investimento, G os gastos públicos e (X-M) as exportações líquidas, isto é, exportações menos importações

Taxa de inflação – percentagem de aumento do nível geral dos preços e, neste caso, taxa de crescimento anual dos Índices de Preços no Consumidor.

Taxa de inflação homóloga – taxa que compara o valor do índice num dado mês ou período com o valor observado no mês ou período correspondente do ano anterior

Taxa de inflação mensal – acréscimo percentual do índice, ou dos preços médios, entre dois meses consecutivos

Taxa de inflação média dos últimos doze meses – crescimento percentual do índice médio (ou dos preços médios) dos últimos 12 meses, face ao índice médio (ou face aos preços médios) dos 12 meses anteriores

Bibliografia:

- Determinantes da inflação em Cabo Verde, Júlio Delgado & Óscar Santos, *Série Working Papers*, n.º 4, Banco de Cabo Verde, 2006
- A inflação e o índice de preços no consumidor, António Pereira, *Dossiers Didáctico*, n.º 2, Instituto Nacional de Estatística de Portugal
- A estabilidade de preços é importante porquê, Banco Central Europeu, 2005
- Índice de Preços no Consumidor, Celso Soares, Fórum “O Banco Central e a Manutenção da Estabilidade dos Preços”, Banco de Cabo Verde, 2007
- Low inflation and business, www.bankofengland.co.uk
- www.bcv.cv
- www.ine.cv
- www.en.wikipedia.org
- www.bized.co.uk/virtual/economy